





**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

**ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

1. Aguarde a orientação do aplicador da Uniuiv para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul para assinalar a folha de respostas. Utilize lápis e borracha apenas para suas anotações no caderno de provas.
4. Para assinalar as respostas na folha correspondente basta preencher todo o círculo que contém a letra escolhida da questão pertinente da seguinte forma: ●
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o aplicador comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue **TODO O MATERIAL** recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Assine e marque seu número de inscrição.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal volante.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora, a contar do início da prova.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Use o espaço na capa do caderno de prova para copiar as suas respostas, para posterior conferência, se quiser. Somente destaque depois de entregar a folha de respostas ao fiscal.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão divulgados, via internet, no site [concursopublico.uniuv.edu.br](http://concursopublico.uniuv.edu.br) a partir das 17h do dia 04 de junho de 2012.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

1. Assinale a alternativa correta:

Segundo classificação da doutrina constitucional, a atual Constituição Federal (1988), é classificada como escrita:

- A ( ) Material, pragmática, outorgada e flexível;
- B ( ) Formal, pragmática, outorgada e semirrígida;
- C ( ) Formal, dogmática, democrática e rígida;
- D ( ) Substancial, pragmática, democrática e semirrígida;
- E ( ) Material, dogmática, outorgada e rígida.

2. Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil – garantia do desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais –, dizem respeito:

- A ( ) À forma de Estado;
- B ( ) À organização da sociedade;
- C ( ) Ao regime político;
- D ( ) À prestação positiva do Estado;
- E ( ) À forma de governo e à organização dos Poderes.

3. Considerando os direitos fundamentais previstos na Constituição, analise as premissas:

- I. Os direitos fundamentais de primeira geração determinam a proteção do trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, na forma da lei.
- II. São considerados direitos sociais, entre outros, os individuais do trabalhador, como o direito de greve.
- III. São considerados direitos coletivos do trabalhador o ajuizamento de ação para obter créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco após a extinção do trabalho.
- IV. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm eficácia contida e aplicabilidade imediata.
- V. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo para prestar socorro, durante o dia.

São corretas as alternativas:

- A ( ) I e V;
- B ( ) I e III;
- C ( ) III e IV;
- D ( ) II e IV;
- E ( ) II e V.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

4. A respeito da organização política e administrativa dos Estados e Municípios, prevista constitucionalmente, é correto afirmar que:
- A ( ) Cada Município reger-se-á por sua própria lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício de trinta dias.
  - B ( ) Segundo a Constituição federal, nos casos de crime comum e de responsabilidade, o Prefeito será julgado perante o Superior Tribunal de Justiça.
  - C ( ) Os Municípios, por autorização da Câmara, poderão criar Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
  - D ( ) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
  - E ( ) Para Municípios com população de até 100 habitantes, o total de despesas do Poder Legislativo Municipal, incluído os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com os inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 8% da receita tributária e das transferências previstas na Constituição.
5. A respeito da distribuição de competências adotadas pela Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:
- A ( ) Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas no artigo 22 da Constituição Federal.
  - B ( ) Em termos de competência caberá ao Estado explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
  - C ( ) Os Estados poderão, mediante lei complementar, criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
  - D ( ) O Município poderá legislar sobre assuntos de interesse local, ou seja, matérias de seu peculiar interesse, além de suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
  - E ( ) Ao Distrito Federal são atribuídas as mesmas competências legislativas reservadas aos Municípios e Estado.
6. No que diz respeito à emenda constitucional e à criação de leis, é correto afirmar:
- A ( ) Não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto e universal, os direitos e garantias individuais e as matérias tributárias.
  - B ( ) Leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento na sua remuneração são de iniciativa privativa do Presidente da República.
  - C ( ) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-la de imediato ao Senado.
  - D ( ) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
  - E ( ) As medidas provisórias, com exceção das previstas expressamente pela Constituição, perderão eficácia, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias.



## CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR

7. Assinale a alternativa correta:  
Em decisão recente, por maioria de votos, o STF rejeitou a ADPF 186, por entender que as cotas universitárias destinadas aos afrodescendentes não afrontam a Constituição Federal. É correto dizer que essa decisão:
- A ( ) Deverá se pautar por Lei Complementar.
  - B ( ) Poderá ser vetada pela Presidente da República.
  - C ( ) Terá que passar pela aprovação do Congresso, nas duas Casas, em dois turnos.
  - D ( ) Tem eficácia *Erga Omnes* e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.
  - E ( ) A decisão é irrecorrível, mas cabe ação rescisória.
8. Assinale a alternativa correta:  
Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva no Município pelo Estado, na conformidade do artigo 129, IV da Constituição Federal, poderá ser promovida:
- A ( ) Pelo Presidente da Câmara de Vereadores;
  - B ( ) Pela Câmara Municipal, por maioria de votos;
  - C ( ) Pelo Procurador Geral de Justiça do Estado;
  - D ( ) Pelo Procurador Geral da República;
  - E ( ) Pelo Tribunal de Contas do Estado.
9. A respeito do Poder Judiciário e do Ministério Público, é correto afirmar que:
- A ( ) Cabe ao Superior Tribunal de Justiça ou ao Conselho Nacional de Justiça processar e julgar originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal. E nos crimes comuns e de responsabilidade, os desembargadores e membros do Ministério Público dos Estados.
  - B ( ) O Ministério Público, nos termos da Constituição Federal, norteia-se pelos princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional e administrativa, competindo ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira.
  - C ( ) O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça são considerados os guardiões da Constituição.
  - D ( ) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Senado, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta de seus membros.
  - E ( ) A União não poderá intervir nos Estados e nos Municípios, em hipótese alguma.
10. A respeito da Administração Pública direta e indireta, é correto afirmar que:
- A ( ) A autarquia municipal é pessoa jurídica de direito privado e será criada por lei para desempenho de serviço público descentralizado.
  - B ( ) As fundações públicas são pessoas administrativas, cuja criação independe de autorização por lei específica, com capacidade de autoadministração, para desempenho de atividade no âmbito social.
  - C ( ) À Administração Pública é conferida margem de discricionariedade, com base na conveniência, desvinculada da lei.
  - D ( ) O conceito de função da Administração Pública gera, para o sujeito onerado um “dever-poder”. Tal expressão significa que o titular encontra-se juridicamente em uma situação exclusivamente “passiva” da função.
  - E ( ) As sociedades de economia mista e as empresas públicas têm regime jurídico híbrido, sendo as regras de direito privado parcialmente derogadas pelas de direito público.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

11. No que tange aos princípios básicos da Administração Pública, considere as sentenças:
1. O conjunto de princípios ou padrões morais que norteiam a conduta dos agentes públicos no exercício de suas funções e a prática dos atos administrativos.
  2. A adequação entre meios e fins, vedada imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Aplicam-se os itens 1 e 2, respectivamente, aos princípios da:

- A ( ) Legalidade e finalidade;
- B ( ) Moralidade e continuidade;
- C ( ) Moralidade e proporcionalidade;
- D ( ) Eficiência e proporcionalidade;
- E ( ) Finalidade e adequabilidade.

12. A respeito da Administração Pública, considere as assertivas:

- I. A extinção de uma sociedade de economia mista e também da Empresa Pública independem de lei.
- II. Os contratos de gestão previstos na Constituição ampliam a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, sendo dependentes de lei que estabeleça a fixação de metas de desempenho.
- III. Consórcio público é uma relação jurídica firmada entre entidades estatais de natureza diversa, como, por exemplo, um Município e uma empresa.
- IV. As agências reguladoras têm a finalidade de disciplinar e fiscalizar matérias sob sua competência, e correspondem às autarquias em geral.
- V. Agência executiva “é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para melhoria da eficiência dessas entidades que operam no setor de atividades exclusivas do Estado”.

Estão corretas somente as alternativas:

- A ( ) I e II;
- B ( ) II e III;
- C ( ) II e V;
- D ( ) I, IV e V;
- E ( ) III, IV e V.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

13. Em consideração ao Ato Administrativo:

- I. O ato administrativo requer agente competente, finalidade e forma escrita.
- II. O ato Administrativo perfeito é aquele que apresenta agente competente, forma e objeto.
- III. A teoria dos “motivos determinantes” significa que os atos administrativos deverão ser motivados apenas nos casos onde houver relevância.
- IV. A anulação corresponde à desconstituição do ato administrativo, por motivo de ilegalidade e produz efeitos *ex tunc*.
- V. A presunção de legitimidade do ato Administrativo é relativa, pois admite prova em contrário. Assim, cabe ao administrado comprovar que o Ato Administrativo em questão contém algum vício.

Estão corretas somente as assertivas:

- A ( ) I e IV;
- B ( ) II e III;
- C ( ) III, IV e V;
- D ( ) IV e V;
- E ( ) I e V.

14. No que diz respeito ao controle dos Atos da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:

- A ( ) O Controle administrativo corresponde ao exame que a Administração Pública faz sobre seus próprios atos, porém só poderá revogá-los por motivo de oportunidade e conveniência, respeitados os direitos adquiridos.
- B ( ) O controle legislativo representa a fiscalização perpetrada pelas corporações legislativas das diversas esferas públicas, e tal controle pode ser de natureza política ou financeira.
- C ( ) O controle administrativo sobre as entidades da Administração Indireta só pode ser exercido nos estritos limites da lei, sob pena de violar a autonomia conferida a essas pessoas administrativas.
- D ( ) Quando se prevê que o Tribunal de Contas da União julga as contas dos administradores e de todos aqueles responsáveis por valores públicos, não se está falando de atividade jurisdicional.
- E ( ) A Administração Pública pode decidir litígios, e, de acordo com o poder de autotutela, suas decisões possuem força e definitividade próprias dos julgamentos realizados pelo Poder Judiciário, mas este poderá invadir o mérito do ato administrativo discricionário.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

15. Considerando a Lei 8.666/93, que disciplina as licitações, assinale a alternativa incorreta.
- A ( ) As obras, serviços, compras, alienações, concessões e permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com particulares, obrigatoriamente, serão precedidas de licitação, salvo os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, previstos em lei.
  - B ( ) A natureza *intuitu personae* presente nos contratos celebrados com a Administração Pública significa que será celebrado exclusivamente com o particular escolhido no processo licitatório, não existindo a possibilidade de cessão ou sub-rogação no contrato administrativo, ressalvadas hipóteses previstas em lei e nas cláusulas contratuais.
  - C ( ) É dispensável a licitação na contratação de remanescentes de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive ao preço devidamente corrigido.
  - D ( ) Na conformidade do artigo 51, § 4º, a investidura dos membros da comissão de licitação não poderá ultrapassar um ano, sendo permitida a recondução de todos os membros para a mesma comissão para o período subsequente.
  - E ( ) O leilão é modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração e de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, e poderá ser utilizado para a venda de bens imóveis, na forma da lei.
16. Em relação aos contratos Administrativos, celebrados pela Administração Pública, assinale a alternativa correta:
- A ( ) Permissão é contrato administrativo mediante o qual a Administração transfere o uso de bem público a particular, com a finalidade específica de auferir lucro para o Poder Público.
  - B ( ) Concessão de obra pública é contrato administrativo mediante o qual o Poder Público transfere a particular execução de uma obra pública, de forma que o concessionário seja remunerado pela exploração da obra, por prazo indeterminado.
  - C ( ) *Exceptio non adimpleti contractus*, previsto na lei 8.666/93, é uma das peculiaridades dos contratos administrativos, e permite ao particular rescindir o contrato, de acordo com a sua conveniência.
  - D ( ) A “teoria da imprevisão” consiste na possibilidade de revisão do contrato, por motivo de eventos externos e imprevisíveis, que afetam o equilíbrio econômico-financeiro, causando execução onerosa para o contratado.
  - E ( ) A teoria do “fato do príncipe” consiste na providência tomada pela Administração Pública para favorecer o contratado, quando ocorrer onerosidade excessiva para o restabelecimento do equilíbrio.





**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

17. A respeito das assertivas, assinale a alternativa correta:

- A ( ) As parcerias público-privadas consistem em uma concessão de serviços públicos ou de obras públicas, subsidiada parcial ou totalmente pelos cofres públicos, e não admitem a contratação de prestação de serviços em que a Administração Pública seja usuária direta ou indireta.
- B ( ) Por meio da ação popular, qualquer cidadão será parte legítima para propor ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, à ordem urbanística, a interesse difuso ou coletivo, ou a outros valores relacionados na legislação especial.
- C ( ) A Lei nº 11.079/2004, que disciplinou as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, não contemplou a concessão comum, que não envolve contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- D ( ) As organizações sociais sem fins lucrativos poderão se qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que seus objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos da Lei nº 9.790/1999.
- E ( ) As paraestatais, por serem entidades privadas, têm seu regime jurídico regido exclusivamente pelas regras de direito privado; no entanto, sujeitam-se ao controle da Administração Pública e dos Tribunais de Contas, por receberem recursos públicos.

18. A concessionária Roda Leve causou prejuízo a um particular quando, por sua negligência, deixou de sinalizar um trecho com defeito na estrada sob sua concessão, ocasionando grave acidente rodoviário. Houve dano e a vítima está exigindo do Estado a reparação pelo ocorrido, uma vez que se trata de rodovia estadual. Nesse caso, é correto afirmar que:

- A ( ) De acordo com a constituição, no artigo 37, § 6º, é responsabilidade objetiva do Estado reparar o dano, ficando assegurado o direito de regresso contra a concessionária, no caso de dolo ou culpa.
- B ( ) A concessionária de serviço público não tem responsabilidade objetiva por danos causados por seus agentes a particulares, pois sendo a rodovia estadual, a responsabilidade de indenizar cabe ao Poder Público.
- C ( ) Ao Estado não caberá nenhuma responsabilidade, porque, ao celebrar contrato de concessão, transferiu toda a responsabilidade para a contratada.
- D ( ) No caso fortuito, existem hipóteses excludentes e atenuantes da responsabilidade estatal. Nesse caso, o Estado não deverá reparar o dano, mesmo que tenha sido decorrente de ato humano, que poderia ter sido evitado.
- E ( ) Na ocorrência de força maior, de um acontecimento excepcional e imprevisível, alheio à vontade do Estado, não se exclui sua responsabilidade, em hipótese alguma, cabendo ao Poder Público, em qualquer caso, ser responsabilizado pelo sinistro.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

19. Felisberto é proprietário de um imóvel urbano onde guarda relíquias de família. A Prefeitura está requisitando o imóvel para instalar a defesa civil, em caráter de urgência, mas o proprietário não concorda e não quer ceder, por entender ilegal a interferência na sua propriedade. Nesse caso, é correto o entendimento:
- A ( ) A Constituição prevê a possibilidade da requisição civil e militar, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra, portanto poderá ocupar o imóvel, mas deverá antes respeitar a vontade do proprietário, caso contrário, estará incorrendo em invasão de domicílio.
  - B ( ) A Prefeitura poderá desapropriar o imóvel com fundamento na utilidade pública, sem a concordância do proprietário, medida que está prevista na Constituição vigente.
  - C ( ) Há previsão constitucional estabelecendo a possibilidade de ocupação temporária da propriedade particular, em caso de iminente perigo público, mediante indenização posterior, no caso de dano decorrente da ocupação.
  - D ( ) O Poder Público, com fundamento em seu poder de polícia, poderá promover o tombamento do imóvel, sem processo administrativo, por motivo de interesse público.
  - E ( ) O imóvel poderá ser desapropriado, uma vez que se trata de desapropriação por interesse social, e sem direito à indenização, não havendo necessidade de procedimento administrativo, por ser medida de caráter urgente.
20. Quiprocó da Vila Preta possui uma fazenda onde, entre outras coisas, também cultiva espécie de planta psicotrópica de nome “*canabis sativa*”. A Administração Pública tomou conhecimento do fato e promoveu a expropriação da propriedade para o assentamento de colonos. Com base no artigo 243, da Constituição federal brasileira, assinale a alternativa correta:
- A ( ) O ato é ilegal uma vez que invade área particular e desrespeita o direito à propriedade, que é garantida constitucionalmente, sendo caracterizado como abuso de poder.
  - B ( ) O Poder Público poderá desapropriar a fazenda porque se trata de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.
  - C ( ) O ato é legal e trata-se de confisco, conforme previsto na Constituição Federal.
  - D ( ) Caso o bem expropriado não seja destinado à finalidade pública, ocorrerá a trestinação e o proprietário terá direito à retrocessão, que é a possibilidade de reaver o bem, por meio da devolução total do valor.
  - E ( ) Trata-se de desapropriação extraordinária, prevista na Constituição, e nesse caso, o proprietário poderá ser indenizado com títulos da dívida pública, resgatáveis em parcelas anuais e sucessivas.
21. Considerando que as classificações dos bens públicos levam em consideração os aspectos de sua destinação, a natureza jurídica e titularidade, sendo classificados no artigo 99 do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:
- A ( ) Bens de uso comum do povo são aqueles que não possuem destinação pública, formando o chamado patrimônio disponível para o uso de todos, como, por exemplo, as terras devolutas.
  - B ( ) Bens de uso especial são aqueles de utilização restrita ao Poder Público, para a concretização de uma atividade ou serviço específico, em geral utilizados pelo Poder Público, como por exemplo, museus e veículos oficiais.
  - C ( ) Bens dominicais são aqueles que, por natureza ou disposição legal, podem ser livremente utilizados em igualdade de condições, independentemente de autorização específica pelo Poder Público, como ruas, praças, e praias.
  - D ( ) Afetação é o termo utilizado para conferir a destinação de um bem público, caracterizado como bem de uso comum do povo ou bem de uso especial, para um particular, por meio de lei ou ato administrativo.
  - E ( ) Os bens públicos poderão ser penhorados, no caso de dívida da Fazenda Pública, decorrente de condenação em processo judicial.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

22. No que tange ao Servidor Público, é correto afirmar:

- A ( ) Conforme o artigo 41 da Constituição, o servidor público tem direito à estabilidade, após dois anos de efetivo exercício, e condicionado à aprovação de desempenho no estágio probatório.
- B ( ) No caso de extinção do cargo ocupado por servidor público, este será readaptado em outro cargo, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- C ( ) A Aposentadoria do servidor público será compulsória para os homens, aos 65 anos, e para as mulheres, aos 60 anos, desde que cumpridos 5 (cinco) anos de exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- D ( ) Se o servidor não for aprovado no estágio probatório, deverá ser exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
- E ( ) Norma Constitucional dispõe que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos ou naturalizados, na forma da lei.

23. A respeito da acumulação de cargos e do regime jurídico dos servidores públicos, é correto dizer que:

- A ( ) Servidores ocupantes de cargo público são submetidos a regime estatutário e não se filiam à Previdência Social.
- B ( ) Os servidores temporários são contratados por tempo indeterminado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, sem estarem vinculados a cargo ou emprego público.
- C ( ) Os servidores das empresas públicas e sociedades de economia mista são empregados regidos pela legislação trabalhista e poderão optar pelo regime estatutário.
- D ( ) Paulo, servidor público do Município de Cobras e Lagartos, foi eleito vereador, mas não será investido no mandato devido à incompatibilidade das funções. Da mesma forma como João, médico, foi convidado para assumir a Secretaria de Segurança Pública, mas está impedido de assumir, pela incompatibilidade com sua formação.
- E ( ) As responsabilidades civil, penal e administrativa não poderão ser reconhecidas cumulativamente quando decorrerem da mesma conduta, pela natureza una do ato, e pela comunicabilidade de instâncias.

24. O Prefeito de Tocatoça, cidade litorânea, tomou conhecimento de que existe uma jazida de pedras preciosas na região e pretende conceder autorização para sua exploração, com o fundamento de que a mina se localiza na região metropolitana.

Considerando as assertivas, assinale a correta:

- A ( ) A exploração da mina só poderá ocorrer, se houver permissão da marinha, devido à peculiaridade da cidade se localizar à beira-mar.
- B ( ) A exploração da jazida depende de autorização do Governo Estadual.
- C ( ) A exploração da jazida pela prefeitura será possível, porque se localiza em terras devolutas.
- D ( ) As minas e jazidas de pedras e minerais, inclusive do subsolo, são propriedades da União e a exploração depende de concessão ou autorização.
- E ( ) Não poderá explorar, porque está localizada em terra pertencente a particulares.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

25. A Constituição Federal estabelece como princípios da ordem econômica, entre outros, a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do meio ambiente. Nesse sentido, considere as seguintes afirmativas:

- I. A lei pode condicionar o exercício de determinada atividade econômica à prévia autorização de órgãos públicos;
- II. A exploração diretamente pelo Estado de atividade econômica será permitida somente quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, nos termos da lei;
- III. É defeso ao Estado conferir tratamento diferenciado a empresas em razão do impacto ambiental de produtos e serviços;
- IV. O planejamento econômico estatal, em respeito à livre concorrência, é meramente indicativo, tanto para o setor privado como para o setor público.

Estão corretas apenas:

- A ( ) I e II;
- B ( ) I e III;
- C ( ) II e III;
- D ( ) III e IV;
- E ( ) I e IV.

26. No que diz respeito às sociedades empresárias, tem-se que:

- A ( ) As sociedades em conta de participação, por possuírem natureza contratual, não estão obrigadas ao registro de sua constituição na junta comercial do Estado.
- B ( ) A integralização do capital social poderá ser realizada mediante prestação de serviços pelos sócios.
- C ( ) As sociedades anônimas, apesar de sua natureza de sociedade de capital, permitem a oposição de exceções pessoais entre seus sócios, quando necessário à preservação do *affectio societatis*.
- D ( ) Nas sociedades simples, assim como nas sociedades não personificadas, os sócios terão responsabilidade ilimitada pelas dívidas sociais, até a data em que ocorrer a inscrição do contrato social no registro civil de pessoas jurídicas.
- E ( ) Os sócios respondem solidariamente até o prazo de 3 (três) anos da data de registro da sociedade limitada pela exata estimação de bens conferidos ao capital social.

27. Escolha a alternativa correta:

João Honesto celebrou contrato de consórcio para a compra de um veículo. Vendo-se em dificuldades financeiras, resolveu sair do grupo, sendo-lhe cobrada multa rescisória de 15% (quinze por cento). João não concordou, considerando que no início do contrato pagou uma taxa de administração, no valor de 10% (dez por cento) Nesse caso, em relação à multa:

- A ( ) João tem razão, em função do princípio do enriquecimento sem causa.
- B ( ) João tem razão em sua pretensão, por ser uma relação de consumo.
- C ( ) A cláusula penal é válida, pois a saída de João prejudica o grupo.
- D ( ) João deve arcar com o ônus de sua inadimplência com o consórcio.
- E ( ) A cláusula penal deve ser reduzida equitativamente pelo juiz.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

28. Em matéria tributária, é correto afirmar que:

- A ( ) O princípio da progressividade significa que o imposto deve ser cobrado com alíquotas maiores, na medida em que se estreitar a base de cálculo.
- B ( ) As limitações constitucionais ao poder de tributar devem ser reguladas mediante decreto.
- C ( ) Os princípios que conferem segurança jurídica em matéria tributária são apenas os da legalidade e irretroatividade.
- D ( ) Na caso da base de cálculo do tributo não o coincidir com a hipótese de incidência, deverá a base de cálculo prevalecer sobre o critério material da hipótese.
- E ( ) Os materiais fornecidos pelo prestador de serviços integrarão a base de cálculo para a cobrança do ISS.

29. Ubaldino foi surpreendido por execução fiscal proposta pela Fazenda Pública, por ser devedor de R\$ 20.000,00, referente ao não pagamento dos valores devidos a título de imposto de renda, referente aos exercícios de 1998 e 1999. Tendo sido citado em 2011, contratou advogado que ajuizou ação pleiteando a prescrição incidente, e postulou a extinção da execução. Nesse caso:

- A ( ) A defesa poderia ser feita em sede de embargos à execução, por não ser certa a ocorrência da prescrição.
- B ( ) A dívida objeto da execução é regular, líquida, certa e exigível, não tendo ocorrido a prescrição.
- C ( ) Admite-se que a matéria seja tratada em exceção de pré-executividade, pela constatação da ocorrência de prescrição.
- D ( ) O devedor poderia impetrar mandado de segurança.
- E ( ) O devedor deveria apresentar contestação nos autos de execução fiscal.

30. Em matéria de Direito Civil, é correto afirmar:

- A ( ) De acordo com o Código Civil de 2002, a maioria civil se dá aos 21 (vinte e um) anos.
- B ( ) São pessoas jurídicas de direito público interno somente a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios.
- C ( ) É considerado fato jurídico um vendaval que destruiu parte de uma cidade, acarretando consequências materiais.
- D ( ) Nas obrigações de fazer, se o fato puder ser executado por terceiro, e havendo recusa do devedor, será livre ao credor mandá-lo executar às custas do devedor, que não terá o direito à indenização.
- E ( ) O pagamento de boa fé ao credor putativo não é válido, ainda que provado depois que não era credor.

31. Em questões de Direito sucessório, é correto afirmar:

- A ( ) O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança, ficando desincumbido de provar os excessos.
- B ( ) São legitimadas a suceder as pessoas nascidas e também as já concebidas no momento da abertura da sucessão.
- C ( ) Falecendo alguém, sem deixar testamento nem herdeiro conhecido, os bens da herança, depois de arrecadados, ficarão sob a guarda e administração do Ministério Público, conforme disposição do Código Civil.
- D ( ) O imposto de transmissão de imóveis por “*causa mortis*” é de competência municipal.
- E ( ) São revogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

32. A respeito da comunicação dos atos processuais, é incorreto afirmar que:

- A ( ) A citação poderá ser feita pelo correio, quando for ré pessoa de direito público.
- B ( ) A citação válida, quando ordenada por Juiz competente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
- C ( ) A citação, estando o réu ausente, far-se-á na pessoa de seu mandatário, administrador, feitor ou gerente, quando se originar de atos por eles praticados.
- D ( ) Quando houver vários réus, conta-se o prazo de citação da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido.
- E ( ) As intimações podem ser feitas de forma eletrônica.

33. Em matéria de Processo Civil, é incorreto dizer que:

- A ( ) Há litisconsórcio necessário quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o Juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.
- B ( ) A cópia de documento particular pode ter o mesmo valor probante que o original.
- C ( ) Os prazos para a Fazenda Pública recorrer são contados em quádruplo, e, para contestar, são contados em dobro.
- D ( ) Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- E ( ) De acordo com o Código de Processo Civil, considera-se suspeição do Juiz quando receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo, entre outras.

34. Em matéria trabalhista, considere as assertivas:

- I. As férias poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a quinze dias.
- II. Entre duas jornadas haverá o período mínimo de dez horas consecutivas para descanso e será assegurado a todo empregado um descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas.
- III. O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno, e para esse efeito terá um acréscimo de 20% sobre a hora diurna, porém, não integra os cálculos de férias, décimo terceiro salário e FGTS.
- IV. O contrato de trabalho do menor aprendiz deverá obedecer ao critério da idade mínima de 14 anos, e condicionado à matrícula e frequência do menor em escola profissionalizante.
- V. O empregado poderá considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear a devida indenização, se o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

Estão corretas as alternativas:

- A ( ) I e II;
- B ( ) II e III;
- C ( ) III e IV;
- D ( ) IV e V;
- E ( ) I e V



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

35. Em uma reclamatória trabalhista, em que tanto os fatos quanto o direito do reclamante eram controvertidos, a contestação foi apresentada intempestivamente. Nessa hipótese:

- A ( ) Tanto os fatos alegados na inicial como o direito invocado serão tidos por verdadeiros.
- B ( ) Os fatos descritos na inicial serão considerados verdadeiros.
- C ( ) A contestação só será considerada válida no que diz respeito aos fatos descritos na inicial.
- D ( ) A intempestividade não gerará qualquer efeito, dada a controvérsia existente.
- E ( ) O réu não poderá praticar mais nenhum ato na ação.

36. Considerando a legislação penal, assinale a alternativa correta:

- A ( ) Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão exclusivamente na forma dolosa, que enseje perda patrimonial, desvio e apropriação, entre outros efeitos descritos na lei especial, lesionando o erário.
- B ( ) Realizar operação financeira causando lesão ao erário, sem observância das normas legais e regulamentares, é uma das hipóteses para configuração da improbidade administrativa.
- C ( ) Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública constitui infração administrativa passível de multa, na forma do artigo 265 do Código Penal.
- D ( ) Para as ações visando à condenação por atos de improbidade administrativa, descritos na Lei nº 8.429/1992, o prazo prescricional tem início a partir da efetiva aquisição do benefício indevido pelo agente, ou do efetivo prejuízo ao erário ou à Administração Pública.
- E ( ) Instaurado procedimento administrativo para apuração da prática de ato de improbidade, havendo indícios de responsabilidade, a comissão processante poderá requerer diretamente ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro.

37. A respeito do sistema processual penal, é correto afirmar:

- A ( ) Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito, ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.
- B ( ) Em qualquer fase do inquérito policial, caberá a prisão administrativa, decretada de ofício ou a requerimento, como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.
- C ( ) Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, devendo para tanto estar assistido pela autoridade local.
- D ( ) Caberá apelação, no prazo de cinco dias, da sentença que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- E ( ) As nulidades relacionadas no art. 564 do Código de Processo Penal deverão ser declaradas pelo juiz, de ofício ou mediante requerimento, independentemente de resultarem prejuízo para a acusação ou para a defesa.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS  
NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN/PR**

---

38. Em questões pertinentes ao Estatuto do Idoso e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta.
- A ( ) Nos termos do artigo 114 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a imposição de algumas medidas socioeducativas ao menor pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos da lei.
  - B ( ) O Conselho Tutelar é órgão permanente, subordinado ao Poder Judiciário, encarregado pela sociedade, de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no ECA.
  - C ( ) O Estatuto do Idoso tutela pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais, e entre outros, proíbe a discriminação na admissão nas relações de trabalho, e veda a fixação de limite máximo de idade para admissão em concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo exigir.
  - D ( ) Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.
  - E ( ) Foi pacificado pelos Tribunais o entendimento de que o princípio do “melhor para a criança” deverá ser adotado em todas as questões que envolvam interesse de menores, sendo indispensável a participação do Ministério Público.
39. No que tange ao Código de Trânsito brasileiro e aos Juizados Especiais, é correto afirmar:
- A ( ) Dispõe o Código de Trânsito brasileiro que são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública e as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas.
  - B ( ) As receitas arrecadadas com a cobrança das multas de trânsito poderão ser aplicadas em sinalização, engenharia de tráfego, policiamento e outras despesas, conforme a administração do órgão reputar conveniente.
  - C ( ) A prática de transitar com veículo em velocidade inferior à metade da velocidade máxima estabelecida para a via, em qualquer circunstância, foi recepcionada pela legislação como medida de prudência pelo condutor.
  - D ( ) No Juizado Especial Cível, quando não encontrado o réu, poderá ser citado por edital.
  - E ( ) A opção pelos procedimentos do Juizado Especial Cível não importa em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido, caso seja oportunizado às partes a realização de acordo em audiência, independentemente de sua realização.
40. A posse após aprovação em concurso público para agente do Ministério Público implica a impossibilidade de realização das atividades próprios da advocacia. Diante de tal afirmação, de acordo com o que dispõe o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, selecione a assertiva correta:
- A ( ) Trata-se de funções incompatíveis, embora seja permitida a advocacia em situações específicas, nos termos do Estatuto.
  - B ( ) Deverá ocorrer o pedido de suspensão dos quadros da OAB, até que ocorra a aposentadoria como membro do Ministério Público.
  - C ( ) Deverá ser declarada a suspeição do agente do Ministério Público, enquanto permanecer no cargo.
  - D ( ) Deverá ocorrer o cancelamento da inscrição, por serem funções incompatíveis.
  - E ( ) O agente estará impedido de exercer a advocacia, sob pena de caracterizar a acumulação indevida de cargos.